



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2017, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) teve **desafios diferentes** dos quais enfrentou no exercício anterior, pois, desta vez, foram de âmbito interno. Como sempre, a NUCLEP teve, mais uma vez, sua capacidade desafiada e, **de forma exitosa**, a Administração da Companhia soube superá-los.

Já no início de 2017, o Conselho de Administração, dentro das suas atribuições, implementou uma **reestruturação na Direção Executiva** da Companhia, tendo sido a Presidência ocupada de forma interina pelo então Diretor Industrial Contra-Almirante (EN) Liberal Enio Zanelatto.

Em meados de abril do mesmo ano, a **Marinha do Brasil (MB)** convocou o Contra-Almirante Liberal Enio Zanelatto para que assumisse o cargo de Diretor do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. O Conselho de Administração, após agradecer pelos seus serviços prestados, reformulou, novamente, o **Corpo Diretivo**, quando, então, o Diretor Administrativo Contra-Almirante (RM1) Carlos Henrique Silva Seixas passou a acumular interinamente a Presidência da Companhia, tendo sido, ao final do ano, eleito, por unanimidade, Presidente da NUCLEP. Desde dezembro de 2017, a Diretoria Executiva já se encontra integralmente composta por 4 (quatro) **experientes executivos**, conforme prevê o Estatuto Social da Companhia.

No **âmbito comercial**, dentre os principais projetos que estão sendo desenvolvidos pela **MB** dos quais a NUCLEP tem total interesse e capacidade para atender, sendo que um deles já é uma realidade para a Companhia, destaca-se a construção do Núcleo do Poder Naval, composto por programas de modernização, como o de desenvolvimento de submarinos convencionais e de propulsão nuclear – **PROSUB** e de **Corvetas da Classe Tamandaré** de 2.800 toneladas de deslocamento.

Quando ao **PROSUB**, a Companhia teve grandes avanços, pois foi concluída a entrega das seções do Submarino 3 (SBR-3) e foi realizada a primeira entrega do Submarino 4 (SBR-4), resultado do relacionamento contratual e estratégico entre a NUCLEP e a Itaguaí Construções Navais S.A. (ICN).

A obtenção das **Corvetas da Classe Tamandaré** é, ao lado do **PROSUB**, uma das prioridades da Marinha do Brasil. A NUCLEP, ao longo do ano de 2017, foi consultada por vários *players* internacionais de mercado, interessados em firmar parceria com a NUCLEP, para construção dos cascos das referidas corvetas. A Diretoria da NUCLEP está atenta ao processo licitatório e aguardando o melhor momento para avançar com qualquer tratativa comercial.

Não se pode deixar de destacar que a Diretoria Executiva celebrou em 2017 um importante contrato com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo ("CTMSP") para fornecimento de equipamento do Sistema de Resfriamento de Emergência do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (LABGENE).

O ano de 2018 certamente exigirá um esforço ainda maior da Direção da Companhia, uma vez que haverá o encerramento das atividades referente ao **PROSUB**. Entretanto, se espera **um ano mais promissor**, com a retomada nos setores de atuação da Companhia. Neste sentido, a Administração da companhia acredita que a NUCLEP está preparada para atender, com qualidade e no prazo, os clientes que surgirão neste novo ciclo de crescimento.

Agradecemos aos nossos acionistas, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, fornecedores de bens e serviços e seus trabalhadores, às autoridades dos governos federal, estadual e dos municípios e aos empregados, pelo comprometimento com os objetivos da Companhia para o desenvolvimento de nosso Brasil.

Contra-Almirante (RM1) Carlos Henrique Silva Seixas
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

I. PERFIL CORPORATIVO

A NUCLEP é uma companhia **detentora de tecnologias** que foi criada pelo Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975 e tem como objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, além de demais componentes para as futuras plantas nucleoeletrônicas.

Nuclear



Acumuladores para as usinas nucleares Angra 2 e Angra 3
Accumulators for Angra 2 and Angra 3 nuclear power plant



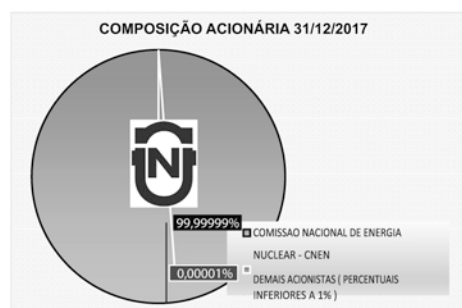
Geradores de Vapor substitutos para a usina nuclear Angra 1
Replacement Steam Generators for the Angra 1 nuclear power plant

Por conta da indefinição do Programa Nuclear Brasileiro a empresa diversificou seu portfólio, sempre tendo como norteador a necessidade estratégica da Nação de ampliação do conteúdo local em grandes projetos. Com isso, respondeu com excelência ao chamado para produzir, pela primeira vez na América Latina, os cascos semissubmersíveis para plataformas (P-51 e P-56), para a Petrobras, mostrando que a indústria nacional era capaz de competir com os estaleiros internacionais.

Também, atendendo a outra necessidade nacional, trouxe para o parque industrial de Itaguaí a produção dos cascos resistentes de submarinos, com tecnologia alemã, entregues à Marinha do Brasil. Atualmente, a NUCLEP está produzindo os cascos para submarinos convencionais da classe Scorpène, com tecnologia francesa.

I.1 Estrutura Societária

No ano de 2017, a Companhia manteve seu **quadro societário inalterado** com a seguinte estrutura societária:



II. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A administração da NUCLEP é composta por executivos competentes e conduzida pelos princípios das **melhores práticas de governança corporativa** e comportamento ético, buscando resultados pela via da transparência.

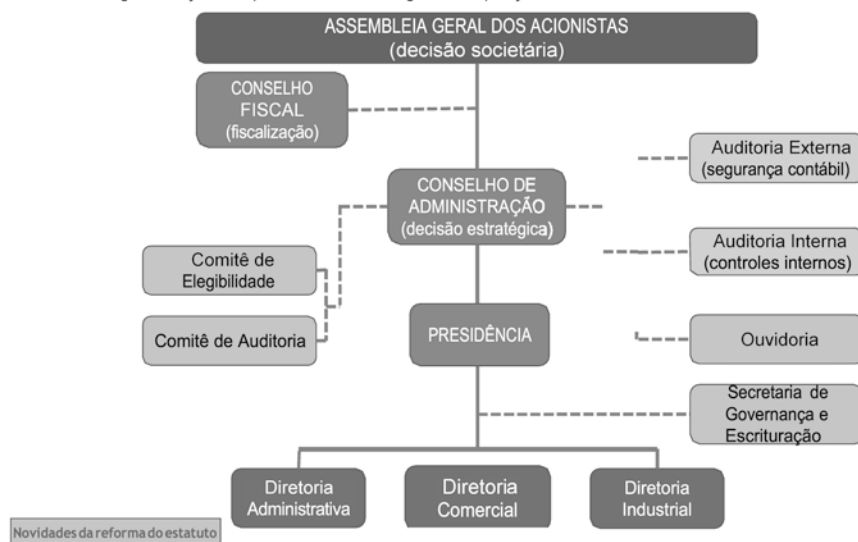
Com o advento do Decreto nº 8.945/16, que regulamentou a Lei nº 13.303/16, a Administração da Companhia adotou uma série de medidas para reforçar os instrumentos de gestão, transparência e responsabilidade corporativa, com reflexos diretos no Plano Negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

A reforma do estatuto foi aprovada na 107ª Reunião do Conselho de Administração (**RCA**) e a Companhia aguarda manifestação formal da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (**SEST**), conforme Ofício nº 6018/2018-MP, de 09/02/2018. Após a referida manifestação, a Diretoria Executiva encaminhará o novo Estatuto Social para deliberação final na Assembleia de Acionistas, que é o órgão competente para tanto.

Atualmente, a **estrutura administrativa e de governança** da empresa está organizada, conforme o seguinte organograma:



Com a aprovação do Novo Estatuto Social da Companhia, que ainda depende de manifestação do SEST, a estrutura administrativa e de governança da empresa ficará com a seguinte composição:



É importante registrar que a estrutura de **Governança Corporativa** da Companhia tem aderência ao Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - **IBGC**, como também, encontra-se em linha com as recomendações do **SEST**.

Dentro deste contexto, registra-se, também, que a NUCLEP tem um **Código de Ética**, que está igualmente em reformulação por conta da nova legislação, que prescreve padrões de conduta profissional exigidos dos seus empregados.

II. 1 Assembleia Geral dos Acionistas

É o órgão de participação direta pelo qual os sócios tratam das **grandes decisões da Companhia**, incluindo a prestação de contas e exercício de transparência pela administração.

Em 31/12/2017, os acionistas da Companhia realizaram 5 assembleias, sendo 1 (uma) ordinária (41ª AGO) e 4 (quatro) extraordinárias (94ª a 97ª) para deliberações de ordem legal, como é o caso dos temas obrigatórios da AGO, como também, para outros assuntos, como foram os casos das AGEs.

II. 2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão da organização em relação ao seu **direcionamento estratégico**. Ele exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da organização.

Em 31/12/2017, a Companhia contava com 6 conselheiros de administração e, ao longo do referido ano, foram realizadas 12 (96ª a 107ª) reuniões para deliberações sobre vários assuntos, desde plano de negócios e estratégia de longo prazo, até projetos de investimentos.

Nome	Cargo	Representante
Paulo Roberto Pertusi	Presidente	Presidente da CNEN
Carlos Henrique Silva Seixas	Membro	Presidente da Companhia
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior	Membro	MCTIC
Simião Estelita Sá de Oliveira	Membro	MP
Tarcisio Bastos Cunha	Membro	MCTIC
Valdeir Cordeiro Azevedo	Membro	Empregados

II.3 Conselho Fiscal

Eleito periodicamente pela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e atua como órgão autônomo e fiscalizador dos atos de gestão da Alta Administração da Companhia.

Em 31/12/2017, a Companhia contava com 3 conselheiros fiscais e, ao longo do referido ano, foram realizadas 12 (197ª a 208ª) reuniões no âmbito das atribuições deste conselho.

Nome	Cargo	Representante
Bruno Ramos Mangualde	Presidente	Tesouro Nacional
Alfonso Orlandi Neto	Membro	MCTIC
Josmar Teixeira de Resende	Membro	Casa Civil

II. 4 Diretoria Executiva

É composta por 4 (quatro) Diretorias - Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Diretor Comercial - Eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Em 31/12/2017, a Companhia contava com 4 diretores executivos e, ao longo do referido ano, foram realizadas 22 (586ª a 607ª) Reuniões da Diretoria Executiva (**RDE**).

Nome	Cargo
Carlos Henrique Silva Seixas	Presidente
Rogério Corrêa Borges	Diretor Industrial
Luzenildes Sant'Ana de Almeida	Diretor Administrativo
José Mauro Esteves dos Santos	Diretor Comercial

II. 5 Comitê de Auditoria

A existência de um Comitê de Auditoria é uma **boa prática** para todo e qualquer tipo de organização, independentemente de seu estágio do ciclo de vida. Ademais, trata-se de uma exigência da Lei nº 13.303/16. No entanto, não exige o Conselho de Administração da responsabilidade plena sobre os assuntos tratados pelo Comitê, uma vez que este é um órgão de apoio ao mesmo, objetivando o aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Conselho de Administração seja tecnicamente fundamentada.

Com a aprovação do Novo Estatuto Social da Companhia, que ainda depende de manifestação do SEST, este comitê será automaticamente criado, pois se trata de órgão estatutário.

II. 6 Comitê de Elegibilidade

Igualmente obrigatório por conta da atual legislação, tem, dentre outras, as seguintes competências, conforme previsão no Decreto nº 8.945/16 que regulamentou a Lei nº 13.303/16:

- opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; e
- verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais.

A NUCLEP, até 31 de dezembro de 2017, possuía uma comissão interna, transitória e não estatutária, para exercer temporariamente parte das competências atribuídas ao Comitê de Elegibilidade.



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

Ministério da
Ciência, Tecnologia,
Inovação e Comunicações



Com a aprovação do Novo Estatuto Social da Companhia, que ainda depende de manifestação do SEST, este comitê será automaticamente criado, pois se trata de órgão estatutário.

II. 7 Auditoria Externa (Independente)

As empresas estatais deverão observar as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 1976, e nas normas da CVM, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por Auditor registrado naquela Autarquia.

A atribuição principal do auditor independente é emitir, observadas as disposições aplicáveis, opinião sobre as demonstrações financeiras preparadas pela administração se representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da organização.

A NUCLEP já cumpre este requisito da lei e vem, constantemente, aprimorando seus mecanismos de publicação das demonstrações financeiras.

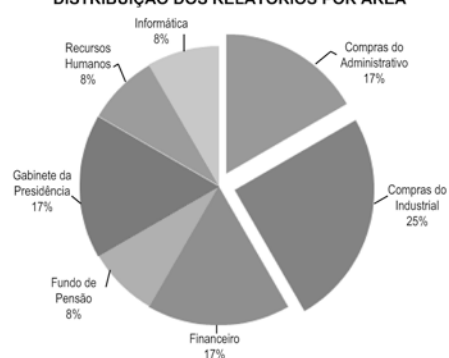
As demonstrações financeiras do exercício de 2017 foram auditadas pela Maciel Auditores S/S e receberam parecer sem ressalvas.

II. 8 Auditoria Interna

Subordinado diretamente ao Conselho de Administração, este órgão tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores.

No ano de 2017 foram emitidos 10 (dez) relatórios para 12 (doze) áreas distintas, sendo um deles, uma auditoria realizada no Instituto de Previdência Complementar, NUCLEOS. Trata-se de um trabalho com uma equipe de auditores de cada uma das patrocinadoras, ELETRONUCLEAR, INB e NUCLEP. Este trabalho tem periodicidade anual.

DISTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS POR ÁREA



Fonte: Auditoria Interna - PI

A Diretoria da NUCLEP tem se preocupado em fortalecer a Auditoria Interna. Todos os relatórios emitidos são analisados pelas partes envolvidas e há um esforço e comprometimento de todos os empregados em atender às recomendações da Auditoria Interna.

II. 9 Ouvidoria

Instituída por meio da Portaria P-127/2017 de 18 de abril de 2017, e vinculada ao Conselho de Administração, a Ouvidoria tem como finalidade viabilizar os direitos dos empregados e demais colaboradores da NUCLEP de serem ouvidos, garantindo a oportunidade de terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente.

Como canal institucional de interlocução, é instrumento relevante para acolher opiniões, críticas, reclamações, sugestões e denúncias, contribuindo para o combate a fraudes e corrupção, para a efetividade e transparência na comunicação e para o relacionamento da NUCLEP com as partes interessadas.

II. 10 Secretaria de Governança e Escrituração

A Presidência contará com o apoio de uma Secretaria de Governança e Escrituração, para aprimorar o funcionamento do sistema de governança, a qual incumbe, dentre outras atribuições, as seguintes:

- prestar assessoramento e apoio administrativo ao Presidente da NUCLEP;
- agendar, organizar e prestar apoio nas Assembleias Gerais de Acionistas e nas reuniões do Conselho de Administração, sob as orientações do Presidente da NUCLEP;
- secretariar as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração, lavrando as suas respectivas atas.

Com a aprovação do Novo Estatuto Social da Companhia, que ainda depende de manifestação do SEST, esta secretaria será automaticamente criada.

II. 11 Corregedoria

Instituída por meio da Portaria P-231/2017 de 18 de agosto de 2017 e vinculada à Presidência, a Corregedoria-Seccional da NUCLEP é responsável pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de responsabilidade, por meio de instauração e condução de procedimentos correccionais.

A Corregedoria-Seccional tem por finalidade, dentre outras:

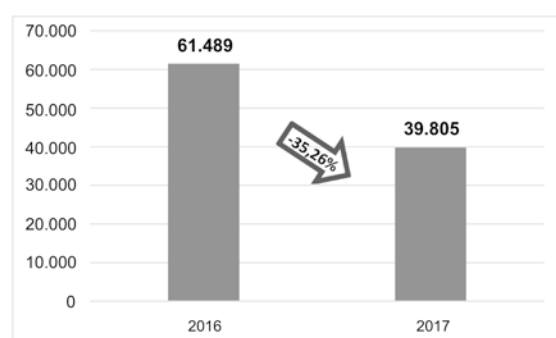
- coordenar as atividades correccionais, sob sua responsabilidade, com as atividades dos demais integrantes do Sistema de Correição: organizando e fornecendo informações sobre os processos em curso, participando de atividades conjugadas com os demais integrantes e sugerindo medidas de aprimoramento para o melhor funcionamento do sistema correccional;
- exercer a supervisão do funcionamento e execução dos processos e procedimentos correccionais no âmbito da NUCLEP, quais sejam: Investigação Preliminar, Inspeção, Sindicância, Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, Termo Ajustamento de Conduta – TAC, Processo Administrativo Geral, Processo Administrativo Disciplinar, e
- recomendar a instauração dos processos e procedimentos disciplinares que se façam necessários.

III. GESTÃO EMPRESARIAL - DESEMPENHO

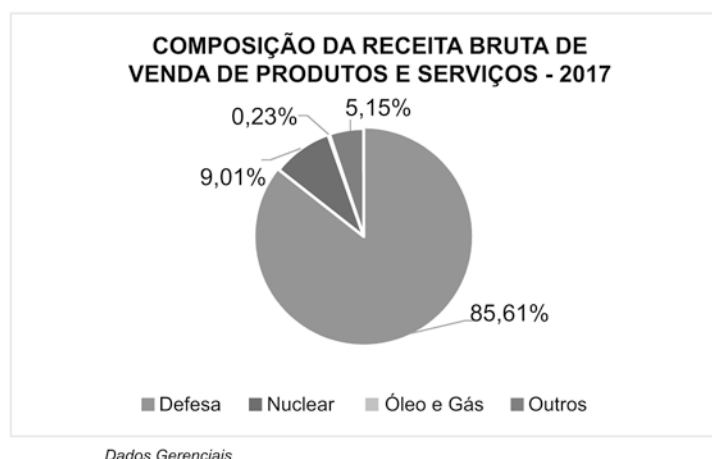
A Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços teve uma queda de 35,26% em comparação ao ano anterior, como se vê graficamente abaixo:

Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

(Em milhares de R\$)

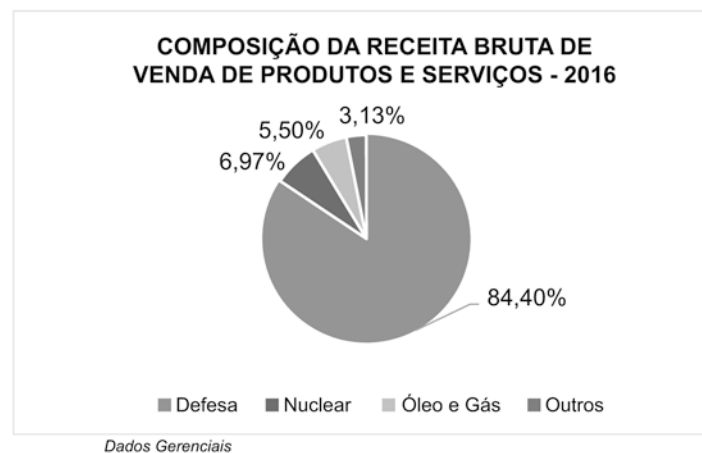


Ao analisar abaixo a composição da Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços de 2017, se observa que o setor de defesa teve participação relevante nos R\$39,805 milhões, equivalente a 85,61%:



Dados Gerenciais

Para efeito de comparação, o ano de 2016 teve a seguinte distribuição setorial na Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços.



Dados Gerenciais

IV. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

A NUCLEP mantém uma política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, descrita em seus manuais específicos e mantém um Comitê de Logística Sustentável para implantação do Plano de Logística Sustentável e uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária para a adoção economia solidária na instituição.

A Companhia participa formalmente da Rede de Sustentabilidade da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena de forma adjunta o eixo de resíduos e da Comissão do Plano de Área da Baía de Sepetiba (CABS), cujo objetivo é combater a poluição e contaminação por óleo, e, ainda, garantir a conformidade do Plano de Área da Baía de Sepetiba (PABS) com o Plano Nacional de Contingência (PNC).

Ademais, existem diversos programas na Companhia de Gestão Ambiental que tem como objetivo a redução de riscos e impactos ambientais, com a minimização de custos com passivos ambientais e desperdícios e o comprometimento com a educação ambiental continuada.

A NUCLEP adota critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

V. PREMIAÇÕES

V. 1 Empresa Cidadã

Criado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) em 2002, o projeto objetiva incentivar a elevação da qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios anuais de Organizações de todos os portes, segmentos e regiões do Brasil. A empresa detentora recebe o Certificado de Empresa Cidadã.

São certificadas as Organizações cujas informações contábeis e socioambientais alcançam o nível de qualidade exigido pelo regulamento, segundo análise de uma equipe de mestrandos da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



V. 2 Nível III – IG SEST

O Indicador de Governança da SEST - IG-SEST é um instrumento inovador, desenvolvido pelo próprio SEST, que busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais federais de controle direto da União.

O objetivo do Indicador é avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, e as diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

A Administração da Companhia ao longo de 2017 implementou esforços no sentido de se tentar atingir o maior percentual das exigências da nova legislação. Em novembro de 2017, como resultado do empenho da Diretoria Executivos e de todos seus empregados, o SEST conferiu a NUCLEP a certificação Nível – III no 1º Ciclo de avaliação do Indicador de Governança – IG-SEST, de acordo com os cumprimentos dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16, de 30 de junho de 2016.



VI. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A revisão do Planejamento Estratégico referente ao período 2017 – 2021 foi realizada em um seminário realizado no final de 2016.

O Planejamento Estratégico da NUCLEP encontra-se implementado, com revisões anuais de acordo com as diretrizes do MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e compreende um planejamento para um período de cinco anos. Devido ao Planejamento Estratégico do MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações iniciado em agosto de 2017, e com previsão para finalização no primeiro trimestre de 2018, a Administração da NUCLEP entendeu ser pertinente aguardar o resultado do trabalho supracitado para realizar a revisão do seu Planejamento Estratégico. Atualmente existem estudos para aperfeiçoamento da ferramenta.

Para a condução e execução dos trabalhos referentes ao Planejamento Estratégico 2017-2021, elaborado ao final de 2016, foram utilizadas metodologias já consolidadas no mercado, dentre elas a Análise SWOT, a Análise das Cinco Forças de Porter, Análise PESTAL, Análise de Ambiente Interno e Análise de Risco segundo o framework COSO, com as adequações necessárias para a realidade da empresa.

A função da Matriz SWOT "é cruzar as oportunidades e ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. Esse cruzamento forma uma matriz de quatro células, na qual para cada célula haverá uma indicação do rumo a tomar".

A NUCLEP tem como missão: "Projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos, atendendo as demandas estratégicas da Nação". Desse modo, as ações previstas em seu Planejamento Estratégico buscam aprimorar os processos internos da organização, capacitar o capital humano, modernizar o parque fabril, dentre outros, com o objetivo de cumprir a missão estabelecida para a empresa por meio do Decreto nº 76.805/75.



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

Ministério da
Ciência, Tecnologia,
Inovação e Comunicações


BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2017		2016		PASSIVO	Nota	2017		2016	
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Disponibilidades	4	26.531	17.380			Fornecedores		44.198	38.532		
Contas a receber	5	32.761	53.522			Obrigações trabalhistas e sociais	13	34.757	27.611		
Estoques	6	57.016	41.160			Obrigações tributárias	14	4.483	12.781		
Impostos a recuperar	7	3.355	3.766			Previdência privada - NUCLEOS	17	17.757	17.253		
Outros créditos	8	6.265	6.266			Obrigações com clientes	15	8.061	4.586		
						Outras obrigações		913	704		
						Receita de subvenção a realizar	19	-	5.835		
TOTAL DO CIRCULANTE		125.928	122.094			TOTAL DO CIRCULANTE		110.169	107.302		
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo						Exigível a Longo Prazo					
Contas a receber	9	215.666	213.929			Empréstimos - INB	16	27.812	24.641		
Estoque - produção em processo	6	-	24.870			Previdência privada - NUCLEOS	17	196.401	197.215		
Depósitos recursais		10.924	9.524			Provisões	18	4.898	7.220		
Cauções		7.305	6.605			Obrigações com clientes	15	1.033	11.646		
		233.895	254.928			Imóvel para aumento de capital	10.1	1.560	1.560		
Investimento		137	64			Receita de subvenção a realizar	19	69.575	81.591		
Imobilizado	10	282.580	286.123			TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		301.279	323.873		
Intangível	11	1.210	2.574			PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Subvenção do Tesouro para investimento	12	(36.255)	(30.436)			Capital social	20.1	61.210	61.210		
		481.567	513.253			Reserva de reavaliação	20.2	41.582	46.372		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		481.567	513.253			Ajuste de avaliação patrimonial	10.1	159.864	159.864		
TOTAL DO ATIVO		607.495	635.347			Prejuízos acumulados		(66.609)	(63.274)		
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		196.047	204.172		
						TOTAL DO PASSIVO		607.495	635.347		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	21	416.887	420.944
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	(120.365)	(163.992)
RESULTADO BRUTO		296.522	256.952
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e comerciais	23	(171.292)	(159.910)
Tributárias		(7.321)	(2.192)
Financeiras líquidas	24	(3.808)	(3.884)
Custos fabris não apropriados à produção	23	(124.200)	(106.880)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(306.621)	(272.866)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS			
Indenização de Seguro		-	212
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		-	212
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(10.099)	(15.702)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(10.099)	(15.702)
Número de ações em lote de mil		61.210	61.210
Resultado do exercício por ação em R\$		(0,16)	(0,26)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) do exercício	(10.099)	(15.702)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangentes totais	(10.099)	(15.702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas		
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	39.805	61.489
	39.805	61.489
Insumos próprios e adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e serviços prestados	(120.365)	(163.992)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(69.191)	(24.198)
	(189.556)	(188.190)
Valor adicionado bruto	(149.751)	(126.701)
Depreciação, amortização e exaustão	(9.368)	(7.134)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(159.119)	(133.835)
Valor adicionado recebido em transferência		
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional	382.535	365.358
Receitas financeiras	92	342
Valor adicionado total a distribuir	223.508	231.865
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	181.743	180.784
Honorários de diretoria	560	1.392
Planos de aposentadoria e pensão	29.732	35.384
Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	4.898	17.685
Impostos, taxas e contribuições	7.321	2.192
Impostos Federais sobre vendas	845	342
Impostos Estaduais sobre vendas	4.155	5.469
Impostos Municipais sobre vendas	453	93
Juros e atualizações monetárias	3.900	4.226
Resultado do exercício	(10.099)	(15.702)
Valor adicionado distribuído	223.508	231.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	(10.099)	(15.702)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variáveis monetárias líquidas	3.171	3.115
Depreciações e amortizações	9.368	7.134
Baixa no ativo imobilizado	-	7.992
Baixa no ativo intangível	1.364	-
Baixa de passivo circulante - Adesão ao REFIS	1.974	-
Realização das subvenções de investimentos	5.818	(2.681)
	11.596	(142)
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a receber	19.023	(10.973)
Outros créditos	2	(777)
Estoques	9.014	63.132
Depósitos recursais e cauções	(2.099)	(1.022)
Impostos a recuperar	411	3.410
	26.351	53.770
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	5.667	(21.221)
Obrigações trabalhistas e sociais	7.145	2.016
Obrigações tributárias	(8.298)	402
Previdência privada	16.999	28.417
Obrigações com clientes	(7.137)	(32.108)
Subvenções a realizar/outras	(17.641)	(6.361)
Provisões	(2.322)	(949)
	(5.587)	(29.804)
Fluxo Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	32.360	23.824
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimento	(73)	-
Aquisição de imobilizado	(5.826)	(6.442)
Aquisição de intangível	-	(201)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Subvenções para amortização de dívida - Nucleos	(17.310)	(16.815)
Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício	9.151	366
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo final do disponível (2016 / 2015)	17.380	17.014
Saldo final do disponível (2017 / 2016)	26.531	17.380
Varição no Saldo das Disponibilidades	9.151	366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2016		61.210	51.099	159.864	(52.299)	219.874
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.727)	-	4.727	-
Baixa da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	(15.702)	(15.702)
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2016		61.210	46.372	159.864	(63.274)	204.172
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.724)	-	4.724	-
Baixa da reserva de reavaliação		-	(66)	-	66	-
Baixa de IR e CSSL - Anistia - Adesão ao REFIS		-	-	-	1.974	1.974
Resultado do exercício		-	-	-	(10.099)	(10.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		61.210	41.582	159.864	(66.609)	196.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ministério da
Ciência, Tecnologia,
Inovação e Comunicações



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Milhares de Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, (denominada “NUCLEP” ou “Companhia”), empresa de capital fechado, é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – MCTIC. Sua sede está situada no Edifício RB1, Avenida Rio Branco, nº 01 – Sala 1610, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20090-003. Sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, com objetivo social de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados para usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e offshore, e outros projetos.

Em face da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a empresa é obrigada a reorientar suas atividades econômicas para outros segmentos. Com isso, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com os recursos da União, que durante o exercício foram de R\$ 382.535 mil (2016: R\$ 365.358 mil).

A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológica, extensivo aos dependentes; alimentação; transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia adotou todas as normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, mediante revisão do pronunciamento já interpretado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em vigência até 31 de dezembro de 2017. Quanto as novas normas e interpretações ainda não efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, a empresa não adotou essas alterações na elaboração destas demonstrações contábeis e não tem intenção de adotar de forma antecipada.

As presentes Demonstrações Financeiras, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de abril de 2018.

A Administração da Companhia, ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1 – Demonstração do valor adicionado - DVA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual, é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário fazer uso de estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos, com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD, assim como da avaliação dos demais riscos relacionadas a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas; cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisados periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

2.3 Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação

A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia, é o Real (R\$).

b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras, são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1 – Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e demais derivativos não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é ter os títulos até o vencimento.

A NUCLEP não faz uso de derivativos (tais como contratos a termos, contratos futuros, opções de compra de venda, operações de swaps, entre outros), portanto não se aplica a contabilização de *hedge* (menos risco ao investidor).

3.1.1 – Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.

3.1.2 – As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5;

3.1.3 – Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização;

3.1.4 – Outros créditos estão registrados ao valor original;

3.2 – Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição;

3.3 – O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até dezembro de 1995, sendo considerado o prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens estabelecidos na Instrução Normativa SRF nº 1.700/17. A taxa anual da depreciação, é fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

3.3.1 – Quanto aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e 13, aprovados respectivamente pelas Deliberações CVM nº 639/10 e 565/08 a empresa entende que não há indícios de desvalorização, sendo desnecessária a redução de seu valor contábil, considerando que além dos serviços usuais de manutenção, a empresa iniciou a remodelação tecnológica das principais máquinas e equipamentos do parque industrial. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial, são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.

3.3.2 – Conforme nota 20.2 a NUCLEP realizou no ano base de 2000 a reavaliação dos seus bens do ativo imobilizado, o que era permitido na época. Em 2016 iniciou um plano de diretrizes para implementação de avaliação nos ativos fixos da empresa para os próximos anos. A estimativa para 2017 apresentada no plano de negócio da empresa foi realizada e também o *design* e nova tecnologia para as plaquetas de patrimônio também, e para os próximos exercícios está assim apresentada:

Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial
Execução Ano 2018

- Contratação/Remanejamento de Pessoal
- Revisão da Implementação do ERP – Módulo do Ativo Fixo
- Integração ERP – Módulo do Ativo Fixo com o SIAFI
- Definição da tecnologia para o Controle de Inventário
- Laudo de Avaliação Patrimonial – Contratação

Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial
Execução Ano 2019

- Laudo de Avaliação Patrimonial – Realização

3.4 – As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião dos nossos advogados;

3.5 – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados;

3.6 – A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram, por meio de depreciação;

3.7 – As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, de modo que esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

10 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa de Depreciação	Saldo Inicial	Adição ao Ativo	Baixa de Ativo	Depreciação Acumulada	2017		2016	
						Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
TERRENOS	-	161.424	-	-	-	161.424	161.424	161.424	161.424
ADIANTAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	8.690
INSTALAÇÕES	2%	9.693	-	-	(3.632)	6.061	6.347	6.061	6.347
EDIFICAÇÕES	2%	78.874	-	-	(26.354)	52.520	54.276	52.520	54.276
EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	4%	141.934	930	(67)	(90.221)	52.576	47.182	52.576	47.182
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5%	5.309	4.086	-	(3.157)	6.238	4.022	6.238	4.022
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%	2.197	399	-	(1.756)	840	559	840	559
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20%	7.079	370	-	(4.758)	2.691	3.315	2.691	3.315
VEÍCULOS	20%	1.377	41	-	(1.188)	230	308	230	308
		407.886	5.826	(67)	(131.066)	282.580	286.123	282.580	286.123

3.8 – Subvenções, são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas a investimentos (aquisição de ativos); pagamento de pessoal e custeio, reconhecidas pelo regime de competência nos períodos, ao longo dos quais, a entidade reconhece os custos/despesas.

A subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	2017	2016
Pessoal	5.775	1.950
Custeio	20.756	15.430
	26.531	17.380

Corresponde à conta única centralizada no Tesouro Nacional, a qual, a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimentam os recursos próprios e os recursos provenientes do tesouro nacional estabelecidos no orçamento.

5 – CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	27.244	24.794
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	3.148	2.928
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.388)	(15.388)
Secretaria do Tesouro Nacional	17.757	41.188
	32.761	53.522

Do total do Contas a Receber, 54% (cinquenta e quatro por cento) equivale ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria nº 1, de 11 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tenham direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas. Os 46% (quarenta e seis por cento) restantes, são decorrentes das atividades econômicas da empresa.

	2017	2016
Núcleos – Instituto de Seguridade Social	17.757	17.254
Indenizações c/ Pessoal	-	23.934
	17.757	41.188

Com relação a provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, a empresa utiliza os seguintes critérios:

- a) As perdas que já possuem uma declaração de insolvência do devedor, mediante sentença emanada pelo poder judiciário;
- b) Todos os títulos com valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por operação já vencidos há mais de um ano;
- c) Os títulos com valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) vencidos há mais de um ano, mas com procedimentos judiciais para o seu recebimento.

6 – ESTOQUES

Devido à implantação do sistema integrado ERP - Benner, não foi possível efetuar 100 % (cem por cento) da contagem física dos estoques, a ser regularizado no decorrer do exercício de 2018. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 73% (2016: 82%) do estoque total, sendo demonstrada no Curto e Longo Prazo. A redução dos produtos em processo de longo prazo, decorre do encerramento dos contratos previstos para o exercício vindouro, com as empresas Itaguaí Construções Navais e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletrobrás. Desta forma, os saldos relativos aos estoques de longo prazo, foram transferidos para o curto prazo e estão assim demonstrados:

	2017	2016
Produtos em Processo - Circulante	41.934	29.691
Eletrobrás	2.307	2.702
Itaguaí Construções Navais - ICN	3.630	2.472
Centro Tecnológico da Marinha – S.P. - CTMSP	28.907	19.701
Outros Projetos	7.090	4.816
Produtos em Processo - Não Circulante	-	24.870
ICN - Submarino	-	553
Eletrobrás	-	24.317
Produtos em Processo Total	41.934	54.561
Estoque		
Produtos em Processo - Circulante	41.934	29.691
Matéria Prima	6.591	1.095
Almoxarifado	8.491	10.374
	57.016	41.160
Produtos em Processo - Não Circulante	-	24.870
Estoque Total	57.016	66.030

7 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2017	2016
Tributos Federais		
IPPI	1.444	1.407
Imposto de Renda	35	93
COFINS	1.315	1.385
PASEP	283	298
	3.077	3.183
Tributos Estaduais		
ICMS	278	583
	278	583
Total de Impostos a Recuperar	3.355	3.766

A redução do crédito do ICMS, se deu em função da compensação dos débitos reconhecidos sobre as vendas no exercício sobre faturamentos efetuados contra a empresa Itaguaí Construções Navais – ICN, referente a venda das subseções dos cascos dos submarinos.

8 – OUTROS CRÉDITOS

	2017	2016
Adiantamentos a Fornecedores	2.442	2.898
Adiantamentos a Empregados (13º Salário e Férias)	4.019	3.564
Outras Contas	524	524
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(720)	(720)
	6.265	6.266

9 – CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Do total do Contas a Receber, 93% (noventa e três por cento) corresponde ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria nº 1, de 11 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas, a saber:

	2017	2016
Secretaria do Tesouro Nacional:		
Núcleos – Instituto de Seguridade Social	196.401	197.215
Reclamações Cíveis	2.347	5.078
Reclamações Trabalhistas	2.550	1.826
Reclamações Tributárias	-	316
TOTAL	201.298	204.435
Plano Médico – coparticipação empregados	10.877	6.083
Duplicatas a Receber - INB	3.491	3.411
	215.666	213.929



Ministério da
Ciência, Tecnologia,
Inovação e Comunicações



10.1 - Instalações NUCLEP – Com base na premissa, de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade, fizemos o reconhecimento contábil do terreno, como nosso ativo em 2012. No exercício de 2013, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações, com a finalidade de corrigir um erro material, fato esse que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar, que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP, está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, sendo que o registro contábil deste imóvel, consta como bem patrimonial nas duas empresas, faltando apenas, a decisão a ser definida de comum acordo entre as empresas e órgãos superiores.

Custo Contábil	1.560	
Ajuste	159.864	
Valor Justo	161.424	

11 – INTANGÍVEL

	2017	2016
Acordo de Cooperação Técnica	-	1.509
Sistema de Governança Corporativo – ERP - BENNER	982	1.065
Softwares – SIEMENS	228	-
Total	1.210	2.574

São transferências tecnológicas que estão em andamento. Correspondem a utilização de *software* relativo ao *Enterprise Resource Planning* – ERP, que está em fase de implantação pela empresa Benner e de aquisição de 200 licenças de *office standard*. A baixa relativa ao Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre NUCLEP e a empresa Wartsila, refere-se a um projeto que tinha como objetivo, a transferência tecnológica para fabricação de motores de navios, o qual, não teve prosseguimento.

12 – SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com a Deliberação CVM nº 646/10 e o Pronunciamento Contábil nº 07 emitido pelo CPC. Os saldos estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Aquisições	40.840	34.396
Receita realizada (acumulada)	(4.585)	(3.960)
	36.255	30.436

13 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2017	2016
Salários e Encargos	-	113
Férias	34.757	27.498
	34.757	27.611

14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
Tributos Federais		
Imposto de Renda s/ Lucro	3.041	5.519
C.S.L.L.	1.054	1.889
INSS	68	155
ISS	188	-
Diversos Lei 9.430	132	64
	4.483	7.627
Tributos Estaduais		
IPTU	-	5.154
	-	5.154
Total de Impostos a recolher	4.483	12.781

15 - OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Compreende os valores recebidos por conta de eventos contratuais de fabricação e a receita é reconhecida na proporção em que os eventos físicos de cada contrato são concluídos. Estão divididos em circulante e não circulante.

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	7.029	-	-	9.572
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	-	1.033	-	1.033
Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear	1.032	-	4.286	-
Itaguaí Construções Navais - ICN	-	-	300	1.041
	8.061	1.033	4.586	11.646

16 – EMPRÉSTIMOS INB

Concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a., sendo que a quitação deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e o saldo remanescente atualizado no montante de R\$ 27.812 mil (2016: R\$ 24.641 mil) deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1998. Como não houve recursos financeiros para quitação desta dívida, as empresas estão negociando uma nova proposta de pagamento.

17 – PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

	2017	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Circulante	17.757	17.253
Não Circulante	196.401	197.215
	214.158	214.468

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação, no valor de R\$ 120.111 mil, atualizado até 31/10/2007, homologado em juízo, consolidando as dívidas existentes, em conformidade com laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro.

Este laudo pericial que serviu de base ao Termo de Transação, reduziu a dívida em R\$ 112.813 mil na data base de 31/12/2006. Em 17/12/2007, foi realizado perante a 11ª Câmara Civil, o julgamento da apelação nº 2007.001.65700, interposta pela NUCLEP sobre o restante da dívida no valor de R\$ 112.813 mil.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça – STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ) e, conseqüentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF negou provimento ao Recurso interposto pelo NUCLEOS e manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP. Houve o trânsito em julgado da decisão. Os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado veio estabelecer novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009.

18 – PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**18.1 Ativos Contingentes:**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais, não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes, tem como base, os relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC nº. 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09), cuja expectativa de êxito é considerada como certa. Dos principais processos em tramitação, consta o processo movido contra a TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A (vide N. Ex. 25), sendo divulgados, conforme segue:

Ações Cíveis		
	2017	2016
TMC	206.925	2.465
Diversos Processos	22.708	-
	229.633	2.465

18.2 Passivos Contingentes:

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas, cíveis e tributários, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididos contra a Nuclep. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da Nuclep que, requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR que foi implantado sem efeito retroativo.

Os saldos dessas provisões são os seguintes:

	2017	2016
Ações trabalhistas	2.551	1.827
Ações cíveis	2.347	5.077
Ações tributárias	-	316
	4.898	7.220

As contingências classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

	2017	2016
Ações trabalhistas	30.817	30.639
Ações cíveis	6.769	7.132
	37.586	37.771

19 – RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

Referem-se aos valores recebidos a título de subvenções, cujos custos e/ou despesas ainda não incorreram. Foram destinadas para custear os adiantamentos concedidos na folha de pagamento de dez/2016, a título de férias, 13º salários, rescisão de contrato e projetos relativos a produção em andamento.

Circulante:	2017	2016
Adiantamento de Férias	-	2.484
Adiantamento de 13º Salários	-	1.079
Adiantamento de pagamento resc. de contrato	-	2.272
	-	5.835

Não Circulante:		
Produção em andamento	69.575	81.591
	69.575	81.591

20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2017	2016
Capital Autorizado	183.524	183.524
Capital a integralizar	(122.314)	(122.314)
Capital Subscrito e Integralizado	61.210	61.210
Reserva de Reavaliação	41.582	46.372
Ajuste de Avaliação Patrimonial	159.864	159.864
Prejuízos Acumulados	(66.609)	(63.274)
Total	196.047	204.172

20.1 – Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, Capítulo III, Artigo 6º, Parágrafo Único, o capital social está autorizado a aumentar em até R\$ 183.523.810,00 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez reais) divididos em 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

O capital social subscrito e integralizado, possui a seguinte composição:

- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN	99,9995%
- Outros (Pessoas Físicas)	0,0005%

20.2 – Reserva de Reavaliação

No ano base de 2000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo, é de R\$ 41.582 mil (2016: R\$ 46.372). Neste exercício, foram realizadas baixas no montante de R\$ 4.724 mil (2016: R\$ 4.727 mil).

	2017	2016
Instalações	159	159
Edifícios	1.258	1.258
Terminal Marítimo	81	81
Acesso ao Terminal Marítimo	32	32
Máquinas e Equipamentos industriais	3.194	3.197
	4.724	4.727

21 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**– Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços**

	2017	2016
ICN	30.085	51.899
Eletronuclear	3.497	4.285
Petrobrás	-	3.382
CTMSP	3.991	-
Outros	2.232	1.923
TOTAL	39.805	61.489

Das vendas brutas, 76% compreende a receita reconhecida no exercício referente aos contratos de fornecimentos nº 20/10 firmados com as empresas ICN – Itaguaí Construções Navais (subseções do casco do submarino); 9% referente aos contratos 009/09 e 006/10 Eletronuclear (acumuladores e condensadores) e 10% inerente ao contrato com CTMSP (vazo de pressão e geradores de vapor).

– Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

	2017	2016
Pessoal	309.917	294.027
Custeio	68.033	64.889
Investimentos	4.585	6.442
TOTAL	382.535	365.358

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados a manutenção da empresa. Tem como objetivo, fazer face as despesas com pessoal, parte dos custeios operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM n.º 646/10 e o Pronunciamento CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas.

Os recursos recebidos para investimentos, são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

– Consolidação da Receita Operacional Bruta

	2017	2016
Receita Operacional Bruta	422.340	426.847
(-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas	(5.453)	(5.903)
Receita Operacional Líquida	416.887	420.944

22 - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

A NUCLEP por ser uma empresa dependente financeiramente do Tesouro Nacional, mantém parte das suas aquisições dos seus insumos de produção, com recursos recebidos em forma de subvenção e o restante com recursos próprios decorrentes de suas atividades operacionais. Insumos como Mão de Obra; Transporte e Alimentação, são 100% (cem por cento) adquiridos com recursos subvencionados e o restante apenas parte. A seguir, discriminamos os principais insumos apropriados como Custos dos Produtos e Serviços Vendidos:

	2017	2016
Mão de obra	42.836	57.341
Material	10.902	6.288
Serviços	4.250	21.603
Transporte	1.443	1.966
Alimentação	1.297	1.765
Depreciação	221	440
Custos indiretos	59.416	74.589
	120.365	163.992

23 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS, COMERCIAIS E CUSTOS NÃO APLICADOS À PRODUÇÃO

São os custos que incorrem com as áreas da Presidência; Conselhos de Administração e Fiscal; Diretorias Administrativa e Comercial. Custos não aplicados à produção, são aqueles que não foram absorvidos pela produção, oriundos de utilização de critérios de capacidades utilizados pela produção.

24 – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2017	2016
Variações monetárias	86	-
Juros, multas e taxas	5	342
Total das receitas financeiras	91	342
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(866)	(1.552)
Juros, multas e taxas	(3.033)	(2.674)
Total das despesas financeiras	(3.899)	(4.226)
Resultado financeiro	(3.808)	(3.884)



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

Ministério da
Ciência, Tecnologia,
Inovação e Comunicações



25 – PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, tendo como demais patrocinadores a Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada, que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do país, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – BD, que visa garantir a maioria dos participantes, uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social limitada a três tetos previdenciários. Dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, especiais e o pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer. Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte, comparada com o exercício anterior:

	2017 Plano BD	2016 Plano BD
DADOS POPULACIONAIS		
1. Participantes Ativos		
1.1. Número de empregados vinculados ao plano	865	866
1.2. Idade Média (anos)	40,73	40,04
1.3. Serviço Creditado (total)	14,14	13,39
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)	17,79	18,35
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)	11.138,81	10.323,50
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial	200	198
2.2. Idade Média (anos)	64,77	63,84
2.3. Benefício Médio (R\$)	5.907,40	5.158,25
3. Pensionistas		
3.1. Número de participantes pensionistas	51	52
3.2. Idade Média (anos)	61,95	61,46
3.3. Benefício Médio em R\$	2.307,06	2.745,64
População Total	1.116	1.116

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, esta especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – Registro CIBA nº 067, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

	2017	2016
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES		
Valor presente da obrigação atuarial no início do Exercício	(493.148)	(341.792)
Custo dos Juros	(51.331)	(42.592)
Custo do Serviço Corrente	(14.431)	(9.516)
Benefícios Pagos pelo plano	16.889	15.133
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	(112.777)	(114.381)
Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício	(654.798)	(493.148)
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no início do Exercício	541.255	508.765
Receitas de Juros	57.682	65.432
Contribuições do Patrocinador	13.560	13.221
Contribuições dos Participantes	9.440	10.092
Benefícios Pagos pelo plano	(16.889)	(15.133)
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	58.437	(41.123)
Valor Justo dos Ativos no fim do Exercício	663.485	541.254
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	8.687	48.106

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos. A Companhia optou pelo registro contábil desse contrato cujo saldo, em 31/12/2017, é de R\$ 214.158 (nota 17).

26 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Riscos Cobertos	Cobertura R\$
Estoque e Imobilizado	Incêndios e Riscos Diversos	125.981.991,96
Diretores e conselheiros	Responsabilidade Civil	10.000.000,00
	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Veículos	Responsabilidade Civil	3.000.000,00
Viagem/Permanência de funcionários a serviço no exterior	Funcionários	1.067
Seguro de vida em grupo		

27 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a NUCLEP pactou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e consequentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a NUCLEP em 29 de junho de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ, aguardando decisão.

A NUCLEP considera remota a possibilidade de recebimento do montante da dívida, e tem optado em manter registrado contabilmente em contas de compensação o valor de R\$ 206.925 mil que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer jurídico.

28 – PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui prejuízos fiscais e consequentemente bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis, e representam um ativo fiscal diferido, que serão compensados com lucros tributários gerados pelas operações futuras, demonstrados a seguir:

	2017	2016
Imposto de Renda	(116.333)	(104.610)
Contribuição Social	(128.081)	(116.358)

29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, envolvendo operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões de mercado.

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	2017		2016	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
INB	Empréstimos e Financiamentos	3.491	27.812	3.411	24.641
Sec. do Tes. Nacional	Subvenções – Sentenças	219.056	-	221.688	-
		222.547	27.812	225.099	24.641

a) Remuneração dos administradores e empregados

A maior e a menor remuneração paga aos empregados e administradores, no mês de dezembro de 2017, foi de R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) e R\$ 2.576,25 (dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) respectivamente (2016: R\$ 33.763,00 e R\$ 1.299,59).

O maior honorário atribuído aos administradores tomando por base o mês de dezembro de 2017, segundo as normas estabelecidas pelo Decreto Lei n.º 2.355/1987 e Lei n.º 8.852/1994, incluído na demonstração de resultado com despesas administrativas, foi de R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais), (2016: R\$ 33.763,00).

30 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Empresa, estuda a possibilidade de implantação de um programa de desligamento de empregados, denominado Programa de Apoio à Aposentadoria (PAA), com a finalidade de atingir o público elegível de 129 (cento e vinte nove) empregados aposentados e em condições de se aposentar. A perspectiva, é de que 101 (cento e um) empregados façam a adesão ao programa, correspondendo a um total de 9,56% (nove vírgula cinquenta e seis por cento) do efetivo de empregados. O custo estimado deste programa, está em torno de R\$ 22.422 Mil. Considerando que estimativa de preenchimento destas vagas, é de apenas 25% (vinte e cinco por cento) por empregados em início de carreira, ou seja, com salários inferiores, a projeção é que o programa representará uma economia para os cofres públicos ao ano, de R\$ 42.019 Mil (quarenta e dois milhões e dezanove mil reais). O referido estudo, foi submetido ao Conselho de Administração da empresa e aprovado durante a reunião conforme Ata n.º 108 de 26/02/2018.

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente
CPF 507.580.717-87

LUZENILDES SANT'ANA DE ALMEIDA
Diretor Administrativo
CPF 135.274.102-44

JOSÉ MAURO ESTEVES DOS SANTOS
Diretor Comercial
CPF 700.373.378-15

ROGÉRIO CORRÊA BORGES
Diretor Industrial
CPF 921.921.657-49

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
CPF 414.363.777-49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A. – NUCLEP
Itaguaí - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A. – NUCLEP (EMPRESA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à EMPRESA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da EMPRESA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a EMPRESA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMPRESA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EMPRESA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMPRESA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMPRESA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMPRESA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2018

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3 – S - RJ
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 59.628/O-2 – S - RJ
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2017

O Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII do art. 11 do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da lei nº 6.404/76, procede ao exame do Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, tomando por base a manifestação dos auditores independentes MACIEL AUDITORES S/S, de 12 de março de 2018, é de opinião que os referidos documentos apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da empresa, encontrando-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2018

BRUNO RAMOS MANGUALDE
Presidente do Conselho

ALFONSO ORLANDI NETO
Conselheiro

JOSMAR TEIXEIRA DE RESENDE
Conselheiro

